



**Universidade de Brasília**

**Faculdade de Educação**

**UnB – Coordenação Pedagógica**

**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica**

## **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR**

**Rita de Cássia Lopes Ribeiro**

Professora Orientadora Dra. Rosana Cesar de Arruda Fernandes  
Professora Tutora-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira

Brasília - DF, Maio de 2013

**Rita de Cássia Lopes Ribeiro**

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O PAPEL DO  
PROFESSOR COORDENADOR**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra. Rosana Cesar de Arruda Fernandes e da Professora tutor-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Rita de Cássia Lopes Ribeiro**

### **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

---

Dra. Rosana Cesar de Arruda Fernandes  
FE/UnB

(Professora-orientadora)

---

Mestre Sônia Ferreira de Oliveira  
UnB/SEEDF

(Tutora-orientadora)

---

Profª. Mestra Maria Antônia Honório Tolentino

(Professor-examinador externo)

Brasília - DF, Maio de 2013

Dedico este trabalho ao meu irmão, Aldeny Lopes Ribeiro Menezes, professor de Física da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, que tanto me incentivou a continuar na caminhada dando-me o suporte necessário. Profissionais como você fazem a diferença na Educação do Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus por me permitir concluir mais uma etapa na minha vida.

À minha filha Narayana, que compreendeu minha dedicação para a conclusão desse trabalho.

Às minhas colegas de trabalho que contribuíram para que a pesquisa fosse realizada.

À minha professora tutora Maria Paula Vasconcelos, que contribuiu de forma brilhante, com observações pertinentes, proporcionando-me um olhar mais crítico e reflexivo, qualificando ainda mais a minha prática pedagógica.

À professora Sônia Ferreira de Oliveira, orientadora de monografia, que exigiu uma pesquisa de qualidade, nos levando enquanto alunos a sair da zona de conforto e ir atrás do diferencial, permitindo-me um crescimento pessoal e profissional nas idas e vindas da construção do trabalho.

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.”

Veiga.

## RESUMO

Este trabalho surgiu da curiosidade e necessidade de conhecer o que significa Projeto Político-Pedagógico, bem como qual o papel do coordenador pedagógico diante da sua elaboração. A reflexão e o diálogo são fatores determinantes para que o Projeto Político-Pedagógico seja construído de forma democrática, onde todos os segmentos da escola possam ter voz e vez. Implementar um Projeto Político-Pedagógico, respeitando seus princípios, sua autonomia e sua singularidade é dar à escola a sua identidade. Ao término desse trabalho concluiu-se que o coordenador pedagógico deve ser um articulador entre direção, professores e a comunidade escolar como um todo. O coordenador pedagógico deve ser um facilitador do processo educativo.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico, Coordenador Pedagógico, Articulador.

## **ABSTRACT**

This work arose from curiosity and need to know what it means Political-Pedagogical Project as well as the role of pedagogical coordinator before his preparation. The reflection and dialogue are key factors to the political-pedagogical project is built in a democratic way, where all segments of the school can have a voice and time. Implement a Political-Pedagogical Project, respecting its principles, its autonomy and its uniqueness will give school is their identity. Upon completion of this work concluded that the coordinator should be a pedagogical direction between articulator, teachers and the school community as a whole. The pedagogical coordinator should be a facilitator of the educational process.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project, Pedagogical Coordinator, Articulator.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 DEFININDO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO .....	12
1.1 Relevância do Projeto Político-Pedagógico.....	13
1.2 Princípios Básicos para a Elaboração do Projeto Político-Pedagógico.....	15
1.3 Elaboração de Estratégias para o Desenvolvimento do PPP Junto aos Professores .....	16
1.4 Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática .....	17
1.5 Projeto Político-Pedagógico e Currículo.....	21
2 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	23
2.1 Descrição do Local da Pesquisa .....	23
2.2 Descrição dos Sujeitos da Pesquisa .....	25
2.3 Instrumentos de Coletas de Dados .....	25
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
CONSIDERAÇÕES.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO.....	37

## INTRODUÇÃO

Atuo há aproximadamente 13 anos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Desse tempo 10 anos foram de dedicação exclusiva em regência de classe, 2 anos em coordenação pedagógica e 1 ano como gestora.

O fato relevante em questão e razão motivadora em ingressar nesse curso foi a atuação em coordenação pedagógica. Faz-se necessário salientar que o primeiro ano de atuação como coordenadora deu-se unicamente pelo fato de desejar permanecer na escola durante a escolha de turma, ritual esse que se repete em todo início de ano letivo e onde necessariamente o coordenador pedagógico é o primeiro a ser escolhido. Entre sair da escola e aceitar a coordenação, iniciou-se uma batalha, aceitar o desafio de ser coordenadora. Os pensamentos eram os mais assustadores possíveis, na minha visão e a de muitos até hoje é que o coordenador pedagógico é o faz tudo, o professor substituto, o que improvisa o que entrega pronto aquilo que os professores pedem.

Dessas angústias, surgiu o interesse em conhecer as atribuições e funções do coordenador pedagógico. Qual o papel do coordenador pedagógico diante da elaboração do Projeto Político-Pedagógico?

É fundamental organizar a escola como um espaço vivo, onde a cidadania possa ser exercida a cada momento e, desse modo seja aprendida, fazendo com que os alunos se apropriem do espaço escolar e reforcem os laços de identificação com a mesma, não somente como um estabelecimento de regras e limites, oportunizando a vivência com respeito, num espaço onde as pessoas tenham prazer em estar e aprender, onde todos possam aprender juntos. Freire sempre idealizou essa escola, e se tornou notável através dos seus pensamentos.

Ensinar não é ensinar conhecimentos, conteúdos, nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que o conotam, não se reduzem á condição de sujeito, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1997, p.26)

Para que esse ambiente seja uma realidade é necessário unir esforços de todos os envolvidos no processo educativo: alunos, professores, funcionários, gestores e pais. A união desses esforços se dará a partir de um direcionamento capaz de valorizar a singularidade da cada escola, refletindo sua própria identidade.

Como um instrumento de gestão escolar o Projeto Político-Pedagógico apresenta meios para construção de uma escola melhor, refletindo uma educação de boa qualidade.

Tendo em vista que o coordenador pedagógico está em sintonia com todos os segmentos da escola, faz-se necessário conhecer e delimitar qual seu papel diante dos professores, como estimulá-los para que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico seja realidade nas escolas, e não uma utopia.

Segundo Fernandes (2010), a coordenação pedagógica representa também espaço e tempo de educação continuada uma vez que, pela formação crítica e reflexiva, os professores promovem avanços na prática pedagógica, na organização do trabalho pedagógico e na reivindicação de melhores condições de trabalho e qualidade das escolas públicas.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP), não deve ser visto como uma receita pronta a ser seguido fielmente sem que haja um questionamento e uma sintonia entre a escola e a sua realidade junto à comunidade escolar. O PPP deve ser construído juntamente com todos os segmentos que compõe a escola.

Segundo Veiga (1998), ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do coordenador pedagógico na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação do coordenador pedagógico nesse processo de elaboração e construção do projeto político-pedagógico, e, como objetivos específicos, definir o projeto político-pedagógico, conhecer os princípios básicos para a sua elaboração e por fim criar estratégias para elaboração e desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico junto aos professores.

## 1 DEFININDO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O termo **PROJETO** no sentido etimológico vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante; já o termo **POLÍTICO**, estabelece um compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e o **PEDAGÓGICO** são as ações educativas necessárias para cumprir os propósitos e intenções. (FERREIRA, 1975, p.144).

Ao construir os projetos que são realizados dentro da escola, projeta-se adiante Segundo Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p.579).

O Projeto Político-Pedagógico então nos permite sair de nossa comodidade e almejar novos rumos à luz de novos conhecimentos e perspectivas. É um documento elaborado para ser executado, ao contrário de tantos que são esquecidos numa gaveta.

Se projetar é estarmos à frente, o projeto político-pedagógico nos serve de rumo, ele nos orienta. O Projeto Político-Pedagógico nasce da intencionalidade de todo um grupo, de acordo com Veiga (2008, p.13), “o projeto é uma ação intencional”.

O Projeto Político-Pedagógico contempla todos os demais projetos da escola, ele é o elo que dá sentido a todas as práticas realizadas dentro da escola. André (2001) apresenta o projeto político-pedagógico como a expressão e a reflexão do trabalho em conjunto por todos os profissionais da escola.

Para Vasconcellos (2004, p.169):

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo que aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para a intervenção na realidade.

Analisando as colocações dos referidos autores, percebe-se a essência que existe em cada uma, dificultando assim a existência de um único conceito para definir PPP.

O PPP é a identidade da escola, ele deve expressar tudo o que a comunidade escolar espera para um futuro melhor, com uma educação de qualidade capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e transformadores da própria realidade. Por isso o Projeto Político-Pedagógico não é como uma receita que deve ser seguido simplesmente a risca. A elaboração do PPP deve contemplar a singularidade de cada comunidade escolar, a realidade de cada escola é quem determina o seu real valor e a sua verdadeira eficácia.

### **1.1 Relevância do Projeto Político-Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação, dentre os quais citamos:

No artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola”, a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

O artigo 12, inciso VII, define como incumbência da escola informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e os rendimentos dos alunos, bem como a execução da sua proposta pedagógica.

No artigo 13, chamado “o artigo dos professores”, aparecem como incumbência desse segmento dentre outras, a de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II).

No artigo 14 em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais em educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

De maneira geral o que esperamos de nossas escolas é que elas estejam funcionando, que acolham os alunos e os preparem para vida. No entanto, não nos damos conta que tudo isso requer um planejamento, temos que preparar os alunos, porém tudo deve ser planejado e de comum acordo com todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Diante desse contexto é que percebemos a relevância do PPP, ele direciona, contempla tudo o que esperamos para o ano letivo com o cuidado de respeitar a singularidade de cada segmento da comunidade escolar dando voz e vez de forma justa e igualitária, não é batalha pelo poder, mas um exercício de diálogo em prol de um bem maior que é o bem estar e a formação do aluno.

A relação entre a escola e a comunidade envolve alunos, funcionários, professores, gestores, e pais, abrangendo o espaço social de uma escola. O papel da comunidade não é de substituir o Estado ou liberá-lo de suas atribuições, mas se organizar de maneira competente para fazê-lo funcionar.

O PPP trará as diretrizes que nortearão o trabalho pedagógico a ser desenvolvido dentro da unidade de ensino, sua qualidade, e a responsabilidade que cada segmento da comunidade escolar assume diante de sua elaboração.

Para Vasconcellos (2008), o projeto político pedagógico não é algo que se coloca como um **a mais** para a escola, é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

## 1.2 Princípios Básicos para a Elaboração do Projeto Político-Pedagógico

Elaborar o PPP requer uma ação reflexiva e organizada. Os princípios norteadores apresentados por Veiga (2008, p.16) são relevantes e deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita:

**a) Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola.  
**b) Qualidade** que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma qualidade para todos. **c) Gestão democrática** é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. **d) Liberdade** é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia.  
**e) Valorização do magistério** é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico.

A elaboração do projeto político-pedagógico exige uma sequência lógica dos possíveis passos a serem executados, de forma que todos os envolvidos no processo não percam de vista os objetivos almejados. Vasconcellos (2004, p. 175) organizou com clareza grandes passos:

**1º) Surgimento da necessidade de Projeto:** "... o Projeto deve corresponder a um desejo, a uma necessidade. Uma primeira questão que se coloca é: de onde nasce este desejo? Temos constatado as mais variadas situações: pode surgir na equipe de coordenação, entre os professores, na direção, na mantenedora, nos pais ou até mesmo de alunos, etc". **2º) Trabalho de sensibilização e preparação:** antes de se iniciar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, é preciso uma etapa de sensibilização, de motivação, de mobilização para com a proposta de trabalho, a fim de que esta tarefa seja assumida, tenha significado para a comunidade. Se os sujeitos não perceberem o sentido, se não acreditarem, de nada adiantará os passos seguintes. **3º) Elaboração:** Para a expressão daquilo que o grupo pensa e quer, usamos o recurso metodológico do questionamento, da problematização, sintetizada nas perguntas... Isto nos remete à importância da elaboração das perguntas: se perguntarmos de forma equivocada, as respostas dificilmente poderão apontar para o que efetivamente é relevante.

A elaboração do PPP deve contemplar na sua estrutura básica o marco referencial, que é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos; o diagnóstico, que deve ser entendido não como um levantamento de dificuldades ou de dados da realidade, mas sim com o sentido de localização das necessidades da instituição, a partir da análise da escola na comunidade local; a programação, que é o conjunto de ações concretas assumidas pela instituição, naquele espaço previsto no plano, que tem

como objetivo superar as necessidades identificadas; e, finalmente, a avaliação de conjunto, que é feita ao término de um período previsto e pode começar pela análise da concretização da programação feita.

Em relação ao êxito de um PPP Gadotti (2002, p. 33), destaca alguns elementos facilitadores:

**1º) Comunicação eficiente.** Um projeto deve ser factível e seu enunciado facilmente compreendido. **2º) Adesão voluntária** e consciente ao projeto. Todos precisam estar envolvidos. A co-responsabilidade é um fator decisivo no êxito de um projeto. **3º) Suporte Institucional e Financeiro**, que significa: vontade política, pleno conhecimento de todos – principalmente dos dirigentes- e recursos financeiros claramente definidos. **4º) Controle, acompanhamento e avaliação** do projeto. Um projeto que não pressupõe constante avaliação não consegue saber se seus objetivos estão sendo atingidos. **5º) Uma atmosfera**, um ambiente favorável. Não se deve desprezar um certo componente mágico-simbólico para o êxito de um projeto, uma certa mística que cimenta todos os que se envolvem no design de um projeto. **6º) Credibilidade.** As ideias podem ser boas, mas, se os que a defendem não têm prestígio, comprovada competência e legitimidade, o projeto pode ficar limitado. **7º) Referencial teórico** que facilite encontrar os principais conceitos e estrutura ao projeto.

A falta desses elementos pode se tornar um obstáculo para a elaboração e implantação do PPP. É necessário que todos na escola estejam envolvidos no processo e de forma consciente.

### **1.3 Elaboração de Estratégias para o Desenvolvimento do PPP Junto aos Professores**

Para que haja de fato uma participação do corpo docente é necessário que seja feita uma sensibilização a respeito do Projeto Político-Pedagógico. Promover momentos de estudos referidos ao tema é fundamental.

O coordenador pedagógico atuará dentro da escola como um articulador no processo de construção do PPP. A ideia é utilizar todos os tipos de recursos que possam estimular cada vez mais o interesse do professor sobre a relevância da construção de um PPP eficaz. A confecção de banners, cartazes, panfletos explicativos devem ser utilizados como estímulos externos para despertar nos professores e na comunidade escolar como um todo um interesse maior a respeito do PPP.



A construção do Projeto Político-Pedagógico dentro da escola deve ser como uma campanha eleitoral, o interesse dos professores tem que ser conquistado um a um. A diferença é que não serão realizadas campanhas em prol de um candidato, mas em prol da participação de todos na construção do PPP. O coordenador pedagógico atuará como um cabo eleitoral, defendendo justamente a participação dos professores.

O coordenador pedagógico juntamente com a equipe diretiva ficará encarregado de promover os estudos durante as coordenações e criará espaços para que o tema em questão seja debatido.

O objetivo é colocar em prática tudo o que foi visto até agora a cerca da elaboração do PPP. É vivenciar de fato passo a passo esse processo e retirar as conclusões enquanto comunidade escolar a respeito da eficácia da construção coletiva do PPP.

#### **1.4 Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática**

Ao se falar de Educação no Brasil não podemos deixar de fazer uma reflexão a cerca das transformações ocorridas dentro dessa instituição a qual denominamos de escola.

Segundo Libâneo (2007) é possível compreender que o ensino no Brasil teve altos e baixos desde sempre. Antes o ensino era voltado apenas para uma minoria, com as mudanças na sociedade passou a ter uma função profissionalizante, o objetivo maior era formar profissionais e não seres humanos pensantes e capazes de transformar significativamente a própria realidade.

A educação brasileira teve sua base, sua origem com a vinda dos jesuítas. A igreja católica era quem determinava o que iria ser ensinado, valorizava os princípios da doutrina religiosa, a educação diferenciada pelos sexos e a responsabilidade da família com educação.

A Constituição de 1934 delega ao Estado a responsabilidade pela educação, no entanto a igreja católica continuou presente, pois o ensino religioso era obrigatório.

Com a Constituição de 1937, a educação era dual, aos ricos era oferecido escolas particulares e públicas com ensino propedêutico e aos pobres uma escola pública com ensino profissionalizante, pois o objetivo era preparar melhor mão de obra no momento em que a indústria expandia-se.

Neste período de transformações, são notáveis as presenças dos católicos e dos setores da indústria. Cada um defendendo sua teoria diante de uma sociedade sedenta de saber. Inacreditavelmente houve épocas em que o Estado não era obrigado a manter e expandir o ensino público. Mas como pensar numa sociedade evoluída sem ensino de qualidade a todos?

E diante dessas reflexões nos deparamos com a obrigação do Estado, para isto a definição de Estado torna-se importante.

Segundo Holfling (2001), o Estado seria um conjunto de instituições permanentes como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente que possibilitam a ação do governo; e Governo, como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para sociedade como um todo.

Dessa forma compreende-se que o Estado é representado pelo governo que assume a cada eleição. Apesar de o Governo representar o Estado, as políticas dentro de cada seguimento são diferenciáveis.

O Estado define as políticas públicas e implanta um projeto de governo através de ações voltadas para setores específicos da sociedade. No âmbito educacional, segmento que nos interessa, o Estado implanta políticas públicas que interferem diretamente na formação da sociedade.

As políticas educacionais são aquelas voltadas para educação não como um projeto de governo, mas como um projeto do Estado onde as metas devem ser cumpridas independentes do governo em vigor.

O Plano Nacional da Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) deram novos rumos a Educação no Brasil e contribuíram para o surgimento de novos termos educacionais bem como uma nova maneira de ver a escola e ser escola. O Plano Nacional de Educação trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e dos profissionais em educação.

A gestão democrática na escola, respaldada no PNE, tem sido um dos grandes enfoques na área de educação. De acordo com Bordignon (2004, p.147), a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas.

Segundo Gadotti (2001), a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.

A gestão democrática tem sido compreendida como a construção de um processo coletivo onde todos os segmentos da escola possuem vez e voz e onde o **poder** não se concentra em uma só pessoa. Ela permite uma autonomia maior em relação aos recursos financeiros e a valorização do profissional em educação. No entanto para que a gestão seja realmente democrática é necessário que se reconheça algumas instâncias colegiadas de caráter deliberativo. É necessário que haja o processo de escolha dos dirigentes escolares e a construção do Projeto Político Pedagógico com todos os segmentos da escola.

A construção do Projeto Político Pedagógico da escola é de suma importância. Na construção do PPP todos os segmentos da comunidade escolar assumem o compromisso para o bom funcionamento da escola. No PPP estarão contemplados todos os objetivos e metas a serem alcançados, os objetivos, os projetos a serem realizados e os recursos a serem utilizados. Nele deve-se contemplar também, a forma como adquirir os recursos e como gastá-los, desde os

que são adquiridos na própria escola como os recursos oriundos da Associação de Pais e Mestres (APAM), como os que são liberados pelo governo.

O projeto político-pedagógico, segundo Veiga (2004), torna-se a identidade da escola, nele estarão norteados todos os rumos a serem tomados e ações a serem executadas. A equipe diretiva (direção, supervisão, coordenação pedagógica, orientação educacional) tem suas funções definidas por documentos da própria Secretaria de Educação do Distrito Federal. No entanto, numa equipe diretiva de acordo com as novas concepções, não há espaço para um autoritarismo, uma detenção do poder por parte do gestor. Os conhecimentos, as decisões e a postura dentro da escola são questionáveis e construídos a partir do diálogo.

A gestão democrática é processo contínuo, permeado por relações dialéticas e descentralizadas. Ela pressupõe uma análise da escola como instituição definindo o sentido global de suas estruturas e de seu conjunto de normas, valores e relações, numa dinâmica singular. Por isso, tornam-se relevantes as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, que geralmente é composta pelo Conselho Escolar, pela Direção, Corpo Docente e Discente. Esses componentes condicionam tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade local. Existem ainda outras instâncias de ação colegiada, tais como: a Associação de Pais e Mestres-APAM e o Grêmio Estudantil. São instituições auxiliares para o aprimoramento do processo educativo, da vivência democrática e da conquista da autonomia.

Segundo Veiga (2008, p.18) “a gestão democrática implica em principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização”.

É justamente essa estrutura de poder que impede que a escola seja de fato democrática. O papel do gestor é facilitar o bom andamento da escola. Para tanto ele deverá delegar funções, ouvir todos os seguimentos da comunidade escolar. O gestor de hoje precisa dialogar para que os interesses comuns referentes à escola sejam prioridades e não simplesmente interesses pessoais.

Dessa forma, quando os educandos e os professores percebem a escola como um local de trabalho, estudo e auto-organização para realizar suas atividades

e seus interesses, eles se envolvem no **coletivo** e a escola se transforma em local de formação, preparação para o trabalho e exercício da cidadania.

### 1.5 Projeto Político-Pedagógico e Currículo

É impossível falar em educação sem falar de currículo, ambos estão entrelaçados e não fazem sentido separadamente. Eles se completam e juntos buscam permitir a transformação da sociedade.

O currículo deve contemplar todas as necessidades de aprendizagem do aluno durante a sua formação, respeitando a realidade e as diferenças, tanto no campo sócio econômico quanto cultural, existentes dentro da sociedade.

Segundo Candau (2003), não é possível voltarmos apenas para as desigualdades ou para as diferenças entre os indivíduos. Isto significa que o currículo tem que contemplar tudo de forma que satisfaça a todos, sendo um fator de agregação e não de segregação.

Ainda de acordo com Candau (2003), para que esse currículo seja construído é necessário que o professor tenha uma nova postura, novos saberes, novos objetivos, novas estratégias e novas formas de avaliação.

O currículo é na verdade o eixo norteador do professor, ele deve direcionar as atitudes e intervenções que serão realizadas, por isso a importância de um currículo que seja realmente transformador e formador de cidadãos e não apenas transmissor de opiniões prontas impassíveis de mudança. Um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos aos bens culturais e ao conhecimento. Está, assim, a serviço da diversidade.

O currículo tem que ser na verdade dinâmico o suficiente para atender às transformações diárias que ocorrem no mundo, principalmente numa era tão globalizada. Tudo muda o tempo todo e não é diferente no que diz respeito á educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais-Mec (PCN's) servem como eixos norteadores, pretendem oferecer uma educação mais igualitária sugerindo que os conteúdos sejam desenvolvidos em todas as regiões. Isso, no entanto, não significa que a escola tenha que seguir a risca os PCN's sem levar em conta a realidade na qual a escola está inserida.

O próprio PPP contempla a forma como a proposta curricular será trabalhada. Daí a importância da participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, tendo sempre a visão clara do que será desenvolvido enquanto proposta dentro da unidade escolar. Seguir os PCN's sem que haja uma coerência entre o ensino e a realidade que o aluno vive no seu dia-a-dia é tornar a prática educativa vazia, não significativa.

Segundo Vasconcellos (2004, p.100), “é importante que a escola elabore o seu currículo, dialogando com as orientações dadas, mas tendo em vista a realidade concreta em que se encontra, fazendo suas opções e compromissos”. O autor deixa claro que o currículo não deve ser ignorado, mas que devemos dialogar com as orientações recebidas, ou seja, a escola deve ponderar e priorizar sempre o que de fato é relevante para o desenvolvimento do educando.

## 2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A partir da escolha do tema a ser desenvolvido constituiu-se a metodologia a ser utilizada para alcançar os objetivos propostos. A metodologia baseia-se numa pesquisa qualitativa e bibliográfica levando-se em conta que o tema abordado no trabalho está inserido no campo das ciências sociais e humanas, onde há espaço para a valorização dos fenômenos sociais e suas singularidades, como afirma Goldemberg (2000, p.50)

O reconhecimento da especificidade das ciências sociais conduz à elaboração de um método que permita o tratamento da subjetividade e da singularidade dos fenômenos sociais. Com estes pressupostos básicos, a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a 'descrição densa' dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica.

### 2.1 Descrição do Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Jardim de Infância 04 do Gama, por ser o local de atuação da coordenadora pedagógica. O público alvo foram os professores do Jardim de Infância 04 do Gama. Na escola já é uma prática a construção do Projeto Político-Pedagógico.

O Jardim de Infância 04 do Gama teve inauguração em 07 de setembro de 1964, sob a direção da professora Maria Helena Soares.

O ato da sua criação ocorreu com Decreto "N" nº 481 – GDF de 14/01/1966 (leg. DODF – vol. IV). Este decreto foi o primeiro a relacionar oficialmente a escola como existente na Rede Oficial de Ensino. A alteração da sua denominação, de Escola Classe nº 04 para Escola Classe 04 do Gama, se deu com a Resolução nº 95CD de 21/10/76 (DODF nº 09 – DEX, de 23/08/77), (DODF nº 169, de 02/09/77 e A.N. da FEDF – vol. III), com reconhecimento – (Portaria nº 17 – SEC, 07/07/80 DODF nº 129, de 10/07/80 e A.N. da FEDF – vol. I).

Inicialmente a escola oferecia o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Com as mudanças do ensino na rede pública e a primeira reforma em 1995, a escola

passou a oferecer a educação infantil – terceiro período (06 anos). No ano de 1998 houve uma mudança na rede: a implantação da jornada ampliada, com cinco horas em regência e três em coordenação. Essa mudança foi relevante para professores, significando melhorias nas condições de trabalho.

A partir de 2003 a escola também passou a oferecer para a comunidade o ingresso escolar de crianças de 04 e 05 anos (1º e 2º períodos) dentro da Educação Infantil.

Em 2005, a escola passou pela segunda reforma e por meio do Decreto de nº 26.051, SEDF de 20 de julho de 2005, houve uma nova alteração em sua denominação, passando a chamar Jardim de Infância 04 do Gama, causando uma grande transformação (ou reordenação). A escola foi reformada e readaptada para receber alunos de 04,05 e 06 anos (1º, 2º e 3º períodos) dentro da Educação Infantil (de acordo com a LDB).

Em 2008 a escola continuou atendendo a Educação Infantil, sendo com algumas mudanças: os alunos com 06 anos foram transferidos para a escola mais próxima, de acordo com a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que a SEEDF iniciou em 2005, no Gama.

De acordo com as modificações, a escola atende hoje alunos de 04 e 05 anos, que fazem parte de uma comunidade diversificada, são provenientes em grande maioria de vários setores do Gama, alguns de cidades do entorno, outros oriundos de escolas particulares ou do lar.

As crianças, na faixa etária de quatro a cinco anos, mostram-se dinâmicas e com grande reflexo da sociedade em que estão inseridas. Nessa idade, a criança vê no professor um ser capaz de solucionar todos os seus problemas e conta incondicionalmente com a sua compreensão e carinho. São de famílias das mais variadas classes sociais, assim, a escola conta com o apoio possível de alguns pais, enquanto em outros casos, a criança é que conta com a escola para solucionar problemas familiares.



Nas discussões entre família e escola nota-se que, boa parte dos pais vê na educação um recurso a fim de favorecer as crianças uma realidade diferente da que estão inseridas.

No grupo encontram-se crianças com necessidades educacionais especiais (ANEE); no propósito de melhor atender a essa clientela, os alunos com dificuldades físicas, motoras ou cognitivas contam com o apoio de um profissional em sala de recurso. Aqueles com dificuldade de aprendizagem são assistidos pela equipe itinerante de apoio a aprendizagem, composta por um psicólogo e uma pedagoga, assim também, com um Orientador Educacional; esta equipe busca atender aos docentes e discentes, através de palestras, oficinas e disponibilidade em auxiliar aos pais que encontram dificuldades específicas.

## **2.2 Descrição dos Sujeitos da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada com as professoras do Jardim de Infância 04, todas possuem nível superior com licenciatura em Pedagogia, algumas possuem Pós-Graduação e todas atuam na educação há mais de 10 anos. Todos os professores foram escolhidos, porque a relação do coordenador pedagógico com esse segmento da escola é extremamente relevante e próxima, o fato de estarem tão interligados, permite que o professor possa cobrar e colaborar mais junto ao coordenador pedagógico.

## **2.3 Instrumentos de Coletas de Dados**

A elaboração do questionário deu-se de forma simples com questões abertas e fechadas com o intuito de conhecer ao máximo a opinião dos entrevistados.

De acordo com Andrade (2003, p.148), “questionário é um conjunto de perguntas que o informante responde, sem a necessidade da presença do pesquisador”.

E seguindo essa orientação o questionário foi oferecido a todos os professores da escola, deixando claro que não era obrigatório, mas uma colaboração ao trabalho de conclusão de curso, dos dezessete (17) professores atuantes da escola, somente dez (10) devolveram o questionário devidamente preenchido, os demais se encontravam de abono ou atestados médicos no dia em que o questionário foi aplicado.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com as 17 professoras da escola, porém somente 10 devolveram o questionário, pois algumas se encontravam de abono ou atestado médico. O questionário respondido pelas professoras era composto por 6 perguntas, dentre as quais 4 questões eram abertas e 2 questões fechadas.

A primeira questão indagava sobre o que se entende por Projeto Político-Pedagógico. No questionário os professores afirmaram:

- **Professor A:** *“Documento que rege todas as atividades pedagógicas e as respalda, elaborado por todos os seguimentos da comunidade escolar.”*
- **Professor B:** *“Define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade”*
- **Professor C:** *“São ações que irão nortear todo o trabalho a ser desenvolvido na escola”.*
- **Professor D:** *“É o projeto elaborado pelos seguimentos escolares, para nortear os trabalhos desenvolvidos durante o ano.”*
- **Professor E:** *“É um documento elaborado por toda comunidade escolar, onde serão registradas todas as ações que deverão ser realizadas durante o ano letivo.”*
- **Professor F:** *“São atividades e ações elaboradas por toda comunidade educativa.”*
- **Professor G:** *“São as diretrizes estabelecidas pelo grupo de profissionais de uma escola; nele se encontram os objetivos propostos e as estratégias a serem utilizadas.”*
- **Professor H:** *“É o projeto maior que norteia o trabalho da escola e viabiliza a participação da comunidade escolar.”*
- **Professor I:** *“É um planejamento no qual se insere os aspectos em uma determinada etapa do ano letivo, aprofundamento do projeto escolhido.”*
- **Professor J:** *“É um projeto norteador da ação política e pedagógica que intervém na autonomia da escola.”*

As respostas foram bem semelhantes e podemos agrupá-las em três grupos distintos. O primeiro grupo, que é composto pelas falas dos professores A, B, C, E, F, G e I, define o PPP como um documento que rege todas as atividades realizadas durante o ano letivo. Nessa perspectiva, Veiga, (2008, p.12) afirma:

O Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é constituído e vivenciado por todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Como a referida autora diz, o projeto é vivenciado. Esse é um diferencial, viver o que se projeta.

No segundo grupo, que é composto apenas pela fala do professor B, o projeto político-pedagógico foi definido como a identidade da escola. Ainda segundo Veiga (2008, p.14), “a principal possibilidade de construção do PPP passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”. Entendemos então que não há uma identidade sem a construção coletiva do projeto político-pedagógico.

O terceiro grupo, que é composto pelas falas dos professores D, H e J, definiu o PPP como uma ação política e pedagógica. Essa definição nos remete a André (2001), quando afirma que o projeto é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável e crítico. Para Veiga (2008), político e pedagógico tem uma significação indissociável.

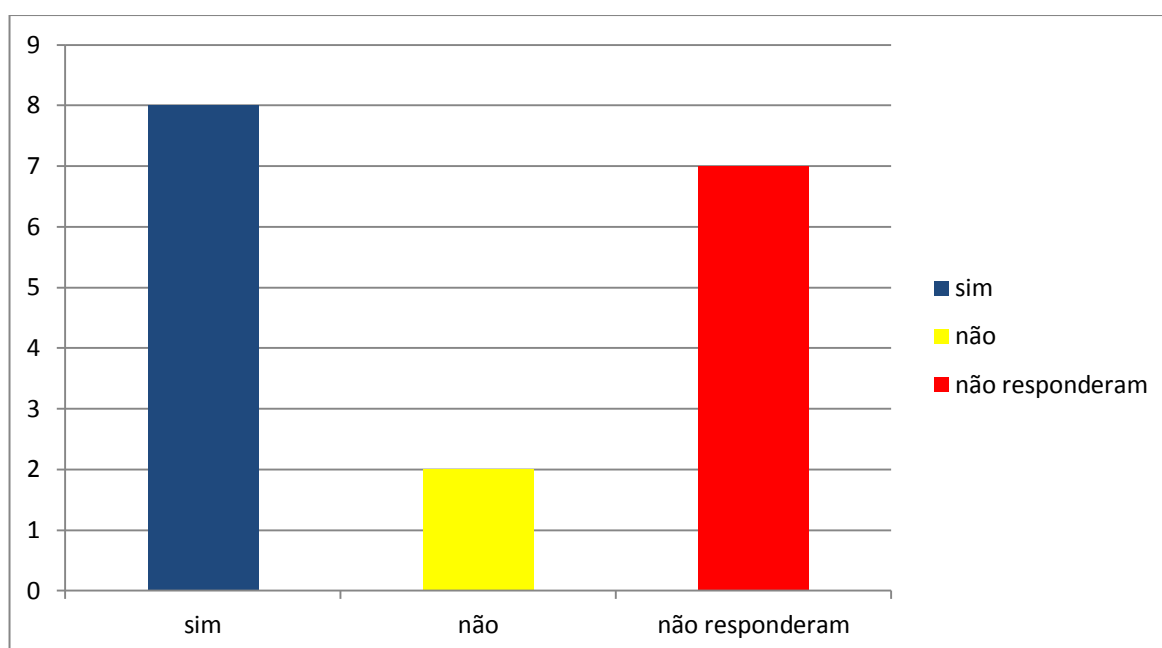
A segunda questão da pesquisa fez referência a importância do projeto político-pedagógico. As respostas foram semelhantes, definindo-o como um eixo norteador, o caminho a ser seguido. De acordo com a resposta podemos confirmar a afirmativa de Veiga (2008, p.13): “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”.

Libâneo (1998, p.42).), também nos remete ao projeto enquanto rumo ao afirmar:

O Projeto Político-Pedagógico representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação de crianças e jovens e organizar suas ações, visando atingir os objetivos a que se propõe. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

A terceira questão referia-se ao conhecimento do PPP da escola pesquisada. Todos os professores que participaram da entrevista tinham conhecimento do projeto político-pedagógico, uma vez que no início do ano letivo toda a comunidade escolar tem acesso ao documento em questão.

**Gráfico I - Conhecimento do Projeto Político-Pedagógico da escola**

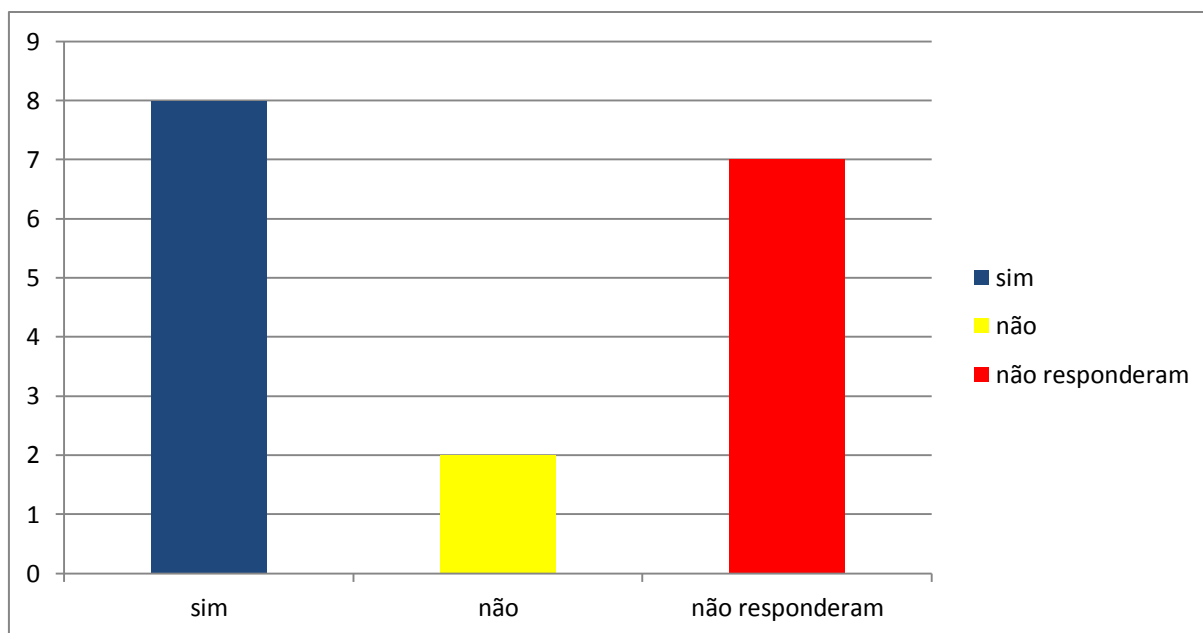


O gráfico demonstra que, mesmo sem a resposta de alguns professores, a maioria do corpo docente tem conhecimento do projeto político-pedagógico da escola.

Os professores que não responderam a pesquisa estavam afastados pelos seguintes motivos: atestado médico, abono de ponto anual e abono por trabalho no período eleitoral.

A quarta questão referia-se a participação efetiva do professor na elaboração do projeto político-pedagógico. Apenas os professores de contrato temporário não participaram da construção.

**Gráfico II – Participação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola**



O gráfico demonstra a participação das professoras na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. As duas professoras que não participaram da elaboração do projeto são professoras de contrato temporário que ingressaram na escola após o início do ano letivo.

A participação dos professores na elaboração do PPP é relevante para sua concretização, dentro dessa perspectiva, Veiga (2008, p.163) afirma:

É preciso que organização coletiva dos educadores na construção de propostas pedagógicas, que de fato se fazem necessárias em nível de escola e de sistema, esteja pautada em concepções claras que, ao conduzirem as mudanças intra-escolares, inscrevam as práticas pedagógicas em projeto histórico consensualmente assumido pelo grupo

Os professores que não responderam a pesquisa estavam afastados pelos seguintes motivos: atestado médico, abono de ponto anual e abono por trabalho no período eleitoral.

A quinta questão indagou sobre quais as maiores dificuldades para elaboração do projeto político-pedagógico. Pelas semelhanças das respostas foi possível dividi-las em quatro grupos.

As dificuldades mais relatadas foram:

- Falta de participação da comunidade.

A comunidade mesmo sendo convidada, ainda participa de maneira tímida, com poucos pais atuantes.

- Resistência de alguns profissionais.

No momento de elaboração ou da revisão do PPP, há profissionais da educação que ainda demonstram falta de conhecimento a respeito do referido tema e por esse motivo não participa de forma significativa.

- Falta de Sensibilização da comunidade escolar.

É necessário sensibilizar, trazer e envolver toda a comunidade escolar. Divulgar as informações sobre a importância do PPP e chamar toda a comunidade para a sua elaboração e conhecimento.

- Falta de momentos de estudo do projeto.

Mesmo respondendo ao questionário e demonstrando ter um breve conhecimento sobre o assunto, os professores disseram que falta estudar um pouco mais sobre projeto político-pedagógico, para que ele possa de fato ser um diferencial. Sugeriram os momentos de coordenações para a realização desse estudo.

A sexta questão indagava como o coordenador pedagógico poderia colaborar na elaboração do PPP. As sugestões foram:

- Agindo como um articulador entre os turnos e promovendo momentos de estudos.

Leite & Silva (2010), afirmam que o coordenador pedagógico é o elo integrador da ação educacional. Dentro dessa perspectiva, então de fato, o coordenador pedagógico será esse articulador.

- Sendo um multiplicador de ideias.

Segundo Araújo (2011), o coordenador pedagógico assume relevantes contribuições na perspectiva da gestão democrática, pois através de suas ações ele subsidia e organiza os envolvidos no processo pedagógico na busca da tomada de decisões, o que favorece este estilo de direção.

Nesse sentido ser um multiplicador de ideias, significa não só apresentar as suas próprias ideias, mas principalmente coletar junto ao grupo, aquelas ideias que podem realmente colaborar para o bom desenvolvimento e andamento do trabalho realizado na escola.

- Conhecendo melhor os documentos a serem estudados e reunindo material para estudos e posteriores discussões sobre o referido tema.

Quanto a essas sugestões, alguns autores nos mostram como pode haver essa colaboração:

Cunha e Prado (2010), também falam sobre a importância do coordenador e estabelecem que os encontros individuais e coletivos mediados pelo coordenador pedagógico muito ajudam na formação pessoal e profissional dos professores, quando estes criam situações que permitam aos professores aprender a pensar e agir de modo diferente.

Para Silva (2012), ao coordenador, também compete à função de articulador do currículo, propondo um trabalho, onde haja a integração dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade, portanto, cabe ao coordenador a função de articulador entre as diversas áreas do conhecimento, explicitadas no currículo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou um novo olhar em relação ao coordenador pedagógico. As literaturas utilizadas e as reflexões realizadas a partir delas permitiram que o trabalho do coordenador pedagógico fosse mais reconhecido e valorizado; os conhecimentos adquiridos ao longo desse processo foram multiplicados nas reuniões e coordenações pedagógicas.

O Projeto Político-Pedagógico é um tema atual e indispensável quando se pensa numa escola significativa e atuante. Saber o que norteará o trabalho a ser desenvolvido no decorrer do ano letivo passou a ser função não unicamente do gestor, mas um resultado de diálogos previamente estabelecidos entre toda a comunidade escolar num único objetivo que é uma escola de excelência e qualidade.

As repostas dos professores evidenciam o desejo que ecoa dentro das escolas, a construção de uma escola com autonomia e singularidade, objetivando um ensino crítico. Evidenciam ainda a valorização de um profissional indispensável no universo escolar que é o coordenador pedagógico. Dele espera-se uma atitude de formador, facilitador de conhecimento.

No Regimento Escolar das Instituições da Rede Pública do Distrito Federal estão explícitas as funções do coordenador pedagógico, dentre elas a função de orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas. Isso significa que o coordenador irá assessorar o trabalho do professor de forma a caminhar junto, buscando novos recursos e proporcionando uma aprendizagem significativa. É planejar as ações a serem desenvolvidas.

Planejar não significa fazer, como muitos dos professores que compõem o grupo esperam. Significa sugerir, dar ideias inovadoras, sair da rotina e buscar novos horizontes tentando acompanhar as mudanças do nosso dia-a-dia. É perceber que os alunos necessitam do novo é aliar-se ao conhecimento do professor regente

em busca de práticas mais significativas e eficazes. É procurar um norte e encontrar meios para que a coisa aconteça de fato.

Talvez seja esse um dos maiores desafios do coordenador: contagiar o grupo e convencê-los de que podemos fazer diferente e que precisamos sair da comodidade.

O coordenador pedagógico deve ser o articulador entre o grupo e o próprio Projeto Político-Pedagógico, possibilitando que ele seja um projeto concreto e vivenciado por toda comunidade escolar.

De acordo com a pesquisa espera-se que o coordenador pedagógico possa ser um profissional capacitado, conhecedor das leis, interessado em propor grupos de estudos para uma formação continuada para que as decisões a serem tomadas pelo grupo sejam cada vez mais críticas e conscientes e principalmente transformadoras da realidade em que estamos inseridos.

Vasconcellos (2010), afirma que o projeto político-pedagógico e o trabalho coletivo constante são instrumentos que ajudam as pessoas na tão necessária luta pela melhoria da qualidade da prática pedagógica. Sem este espaço, o coordenador corre um sério risco de virar **bombeiro**, **quebra-galho** ou **burocrata**, tendo uma ação fragmentada.

O coordenador pedagógico não pode, contudo, ser o único interessado nesse processo de construção e elaboração do Projeto Político-Pedagógico. A escola que sonhamos é um desejo de todos. Assim, todos devem contribuir para que a escola idealizada deixe de ser um sonho e passe a ser uma realidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. G. B. **O Papel do Coordenador Pedagógico na Gestão Democrática**. V Colóquio Internacional: Educação e contemporaneidade. Sergipe-São Cristovão, de 21 a 23 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/...Microsoft%20Word%20>>. Acesso: 07 mar. 2013.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRÉ, M.E.D. **O Projeto Pedagógico como Suporte para Novas Formas de Avaliação IV**. São Paulo, 2001.

BORDIGNON. Genuíno & GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, Naura & AGUIAR, Márcia (orgs). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. SP: Cortez, 2000.

CANDAU, V. M. (ORG), (2003). **Somos todos iguais? Escola Discriminação e Educação em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: DP&A.

CUNHA, R. B.; PRADO; G. V. T. Sobre importâncias: a coordenação e a conformação na escola. In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (ORGs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2012, p.37-49.

FERNANDES, R. C. A. **A Educação Continuada de Professores no Espaço e Tempo da Coordenação Pedagógica: Avanços e Tensões**. VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. (Org). **A Escola Mudou. Que mude a formação de professores!** 3. ed. Campinas, SP: Papirus 2010.

FERREIRA, A.B. H. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários á Prática Educativa**. São Paulo-Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. Projeto *Político-Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização*. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (ORGS). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez 2001.

GOLDENBERG, M. **A arte da Pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, pág.50

HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (públicas) Sociais**. Caderno Cedes, ano XXI, n.55, nov. 2001.

LEITE, E. A. C.; SILVA, J. C.B. **Coordenador Pedagógico**, fio condutor da educação. 2010. Disponível em: [http://www.webartigos.com/artigos/coordenador\\_pedagogico-fio-condutor-da-educacao/41663/](http://www.webartigos.com/artigos/coordenador_pedagogico-fio-condutor-da-educacao/41663/)> Acesso:15 fev. 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBANEO, J. C. Projeto Político Pedagógico. Disponível em <http://vicenteoficina.blogspot.com/2007/12/o-projeto-politico-pedagogico-o-projeto.html> Acesso: 19 fev. 2013.

SILVA, M. O trabalho articulador do coordenador pedagógico: a integração curricular. In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2012, p. 51-59.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Campinas, SP: Papirus,1998.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus,1998.

## ANEXO

**Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica – UNB**

**Disciplina: Elaboração de monografia**

**Professora da Disciplina: Rosana César de Arruda Fernandes**

**Turma: Grupo N**

**Professor Orientador: Sônia Ferreira de Oliveira**

**Aluna: Rita de Cássia Lopes Ribeiro**

### QUESTIONÁRIO

1. O que você entende por projeto político-pedagógico?
2. Qual a importância do projeto político-pedagógico?
3. A sua escola tem um projeto político-pedagógico?  
(   ) SIM                      (   ) NÃO
4. Você participou da elaboração do projeto político-pedagógico da sua escola?  
(   ) SIM                      (   ) NÃO
5. No seu ponto de vista quais as maiores dificuldades para a elaboração do projeto político-pedagógico?
6. Como o coordenador pedagógico poderia colaborar na elaboração do projeto político-pedagógico?